



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA – Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, conectaram-se na plataforma da rede social Facebook, a Câmara Municipal de Muzambinho, para a realização da vigésima segunda reunião ordinária deste ano. O Senhor Presidente solicitou ao Assessor do Legislativo, Sr. Marcos Vinicius Mello Ribeiro, que fizesse a verificação do quórum. Todos os Edis estavam conectados. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou à Edil Lúcia Aparecida Bernardes da Cruz para que fizesse a oração inicial, Pai Nosso. Posteriormente, o Senhor Presidente em nome do povo muzambinhense e suplicando a proteção de Deus, deu por abertos os trabalhos desta reunião. Em seguida, o Senhor Presidente submeteu ao Plenário a dispensa da leitura da ata da 21ª reunião ordinária realizada no dia 21 de junho de 2021, cujo conteúdo havia sido disponibilizado aos vereadores para consulta no dia 24 de junho de 2021, perguntando aos Edis que fossem favoráveis que permanecessem como estavam e os que fossem contrários que se manifestassem. O Senhor Presidente deu por aprovada a dispensa. Em seguida, colocou a ata da 21ª reunião ordinária em votação, dizendo aos vereadores que fossem favoráveis que permanecessem como estavam e os que fossem contrários que se manifestassem. O senhor Presidente considerou a ata aprovada por unanimidade. Logo após, o Senhor Presidente pediu à Primeira Secretária, Vereadora Sandra Aparecida Marques Braz, que fizesse a leitura dos requerimentos e indicações apresentados pelos Vereadores. A Primeira Secretária fez a leitura do requerimento de números 102 a 104/2021. Não houve indicações. Em seguida, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia expedientes enviados pelo Senhor Prefeito. Havia e foram lidos. O Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia correspondências gerais. Não havia. O Senhor presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia alguma pessoa inscrita para a Tribuna Livre e qual o assunto. Havia os Servidores da área de Saúde, Sr. Michel Divino Aparecido Novais e Sra. Luciana Kelly Magalhães, com o tema: “Elucidação das medidas tomadas pelo Executivo, através da Secretaria de Saúde, no enfrentamento à pandemia da Covid-19”. O Jovem Michel Novais iniciou seu pronunciamento agradecendo a todos disse que não toma conta sozinho da pandemia da Covid-19 em nosso município, que é uma equipe grande, Prefeito e Secretária de Saúde e que dá suas opiniões como técnico na área de epidemiologia. Disse que quanto a pandemia o município passa por grande dificuldade desde o ano passado pois cada vida que se perde é uma tristeza muito grande. Disse que está à frente da vacinação, coordenação, orientação de equipes. Em seguida, falou que a vacinação é nossa grande esperança, pois quanto mais pessoas forem vacinadas, mais próximos de voltar à normalidade estaremos e que vencemos esta pandemia. Disse que foram vacinados 40% dos muzambinhenses, cerca 8.400 pessoas contra a Covid, mas que estamos longe da chamada vacinação de rebanho, que é a cobertura de 75 a 80% da população, mas que estamos no caminho certo, e que pacientes com 56 anos serão vacinados esta semana e os profissionais da educação também já receberam a primeira dose da vacina e que estão avançando muito por faixa etária e algumas grupos chamados trabalhos essenciais também serão vacinados em alguns dias, sendo: Caminhoneiros, Trabalhadores do Transporte Coletivo, Coletores de Lixo e Limpeza Urbana e Trabalhadores Industriais e que estava a disposição para esclarecer dúvidas dos Vereadores e da população. O Vereador Israel Ramos Orlando cumprimentou a todos e disse que nosso município é agrícola, tem grande movimento na época da colheita do café, que pessoas de outros estados vêm para



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

nosso município, são jovens, mas as vezes com comorbidade, alguns são do norte de minas, e se podem procurar atendimento para vacinação e que alguns já tomaram a primeira dose em outro município. Disse que foram orientados pela Secretaria de Saúde do Estado, que pessoas que estão com residência temporária em nosso município poderão receber a vacina para que não fiquem expostos e os que tiverem comorbidade precisam apresentar atestado médico. O Edil Afrânio Damázio perguntou como está sendo realizada a vacinação para gestantes e o motivo da grande demora para realização dos testes. Disse que irão disponibilizar dois dias para tentar vaciná-las todas de uma vez, mas que a maioria já recebeu a primeira dose, sem nenhuma burocracia. Disse que a testagem realmente gera polêmica, é muito importante, mas não a primeira necessidade, o primeiro conceito é ele ser atendido dentro de sua necessidade, ser avaliado e afastado de suas atividades e cumprir o isolamento social. Quando o paciente chega no Centro de Covid ele é avaliado pelo médico e um dos testes vai para Belo Horizonte, o RTPCR, que é solicitado pelo estado para ser realizado na maioria da população com sintoma da doença, que realmente demora um pouco, mas é o único que detecta as variantes, mas as pessoas que chegam muito mal no Centro de Covid, o médico solicita o teste rápido sim, mas a pessoa tem que continuar em isolamento. O Edil Gilmar Labanca disse que uma pessoa que está acompanhando a reunião pelo Facebook disse que é asmática, utiliza o medicamento aerolin e se já pode tomar a vacina. O Senhor Michel disse que nesse caso fica a critério da avaliação do médico, que vai avaliar se tem indicação para a vacinação, pois eles não podem arbitrar nesses casos. O Edil Carlos Herbert solicitou o cronograma de vacinação por faixa etária. O Jovem Michel disse que era difícil traçar uma estimativa, pois depende muito da quantidade de vacinas que o município vai receber, pois varia a quantidade recebida a cada semana, por isso dificulta o planejamento a longo prazo, impossibilitando fazer um cronograma mais específico. A Servidora Luciana Magalhães iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos e disse que irá explicar como funciona o Centro de Atendimento à Covid. Que ele não é apenas para testagem, que ele é holístico quando se fala em atendimento ao paciente de Covid. Que no momento que a pessoa dá entrada, vai passar por uma triagem e avaliação médica, pois muitos nem são portadores da doença, mas que eles não podem dispensar o atendimento, pois mesmo assim são medicados e encaminhados. Disse que se o paciente for diagnosticado ele irá preencher um termo de isolamento, se comprometendo a mantê-lo, e algum tipo de teste será indicado. Disse que nunca faltou teste no Centro de Covid, e um profissional apto irá indicar um teste no momento em que o paciente for diagnosticado com a doença, e que ninguém ficou sem realizá-lo até o presente momento. A Senhora Luciana fez relatos sobre os três tipos de testes disponíveis pelo município. Disse que foram detectadas variantes em nossa cidade, principalmente a P1, que foi encontrada primeiramente em Manaus, e ela tem um poder de infecção e adoecimento muito grande nas pessoas, as vezes causando graves sequelas, e os cuidados têm que ser muito maiores, principalmente no manejo para outras localidades. Disse que nunca faltou o antígeno em nosso município para quem necessitar de um teste rápido. Disse que toda semana encaminham de 80 a 100 amostras de RTPCR para Belo Horizonte, que é bem mais trabalhoso, mais que esse teste é bem mais seguro do que o do antígeno. Disse que vários pacientes com a Covid são acompanhados diariamente em toda a sua demanda no Centro de Covid e que alguns pacientes já saem de lá com os medicamentos em mão, para que não precisarem se deslocar até as farmácias. Que alguns são encaminhados para o ambulatório para fazer o



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Raio X, com horário determinado para não haver cruzamento com outro paciente, e se precisar fazem coleta de sangue para exame lá no centro mesmo, para evitar a circulação no meio da nossa sociedade e sejam beneficiados em todas as suas necessidades. O Edil Marcos Ferreira agradeceu a presença do Michel e da Luciana e parabenizou toda a equipe de combate à pandemia da Covid-19. Disse que muitas mortes estão acontecendo no final do estágio da doença, pois o paciente já deveria estar sendo liberado, e está entrando em um processo retroativo, complicando ainda mais pelo motivo das novas variantes e mutações sofridas, sendo assim, qual o melhor período para se fazer um diagnóstico e testes para detectar a Covid. A Senhora Luciana disse que o teste não muda a conduta clínica, pois muitas vezes o paciente está assintomático, e que ainda não temos um medicamento para o tratamento dessa doença, que as vezes testa negativo, mas está com pneumonia ou bronquite. Disse que tratam do sintoma, independente se é Covid ou não. O Edil perguntou ao Sr. Michel se havia alguma medida de segurança para fiscalização com relação a esses pacientes diagnosticados com a doença estarem circulando pelas ruas da cidade, pois assinam um termo de responsabilidade. O Senhor Michel disse que isso ocorre quase que diariamente, e que recebem denúncias todos os dias, pois muitos dizem que não vão cumprir o isolamento e há casos que têm que ser encaminhados para a polícia; que, infelizmente, vivemos essa realidade, e a vigilância não tem como monitorar esses pacientes e solicitam apoio aos PSF's para ajudá-los quanto a esse isolamento e contam com o apoio das polícias Civil e Militar, Promotoria e Juiz de Direito, para esse fim. O Edil Gilmar Labanca perguntou ao senhor Michel, que pelo motivo da safra de café, poderiam estender a vacinação aos sábados. Disse que esporadicamente têm trabalhado sim aos sábados, mas, às vezes, não têm doses para serem aplicadas, mas durante o mês praticamente em dois sábados eles têm trabalhado. O Sr. Michel respondeu ao Edil Carlos Herbert que ainda não há tratamento alternativo e precoce comprovado para tratamento dessa doença. O Edil Dr. Roosevelt parabenizou a todos os servidores da saúde pelo belo trabalho que vêm sendo realizado para contenção da pandemia em nosso município. A Edil Lúcia Bernardes agradeceu a presença do senhor Michel e da Senhora Luciana e perguntou se a vacina da Janssen tem possibilidade de vir para o nosso município. O Senhor Michel disse que sim, e que amanhã virá um quantitativo para Muzambinho, sendo de aproximadamente 75 doses, mas que todos os laboratórios atendem muito bem a população. O Senhor Michel e Sra. Luciana encerram seus pronunciamentos agradecendo a todos. O Senhor Presidente Gilmar Labanca agradeceu o Senhor Michel Novais e a Senhora Luciana Magalhães pela presença e disse que foi muito proveitosa para os Vereadores e para a população as explanações deles durante o uso da Tribuna Livre. O Senhor Presidente convidou para fazer seu pronunciamento, na Tribuna Livre da Câmara Municipal o Dr. Vânius Vinicius Dipe, tendo como tema o projeto de nº 4.052/2021, de origem do Executivo, que – "Autoriza o Executivo do Município de Muzambinho a firmar contrato com o programa de Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG, com o objetivo de execução do Serviço de Inspeção Municipal de forma associada e dá outras providências." O Dr. Vânius Vinicius iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos e disse que é médico veterinário e responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal há 5 anos. Disse que iria tirar dúvidas quanto à CIMOG e as vantagens desse projeto. Disse que os estabelecimentos que estão registrados no SIM só podem comercializar seus produtos dentro do nosso município, não podendo vendê-los nas cidades vizinhas, com o selo do nosso município, e a vantagem do Consórcio é que poderão vender



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

seus produtos nos 17 municípios que fazem parte da AMOG. Disse que Muzambinho possui 9 estabelecimentos registrados no SIM, gerando aproximadamente 70 empregos diretos, e com a aprovação desse projeto as empresas poderão dobrar a produção e gerar mais empregos. Disse que as cidades de Arceburgo, Bom Jesus da Penha, Cabo Verde, Itamogi, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Nova Resende e São Pedro da União já aderiram ao Consórcio e outras estão em processo de aprovação nas suas respectivas Câmaras Municipais. Disse que os pequenos produtores não serão prejudicados e sim orientados a fazer da forma correta o seu registro, pois é favorável a agricultura familiar. Disse que o pequeno produtor pode ficar tranquilo pois o SEBRAE e sua advogada Dra. Viviane estão dando grande apoio para que o consórcio se realize. Disse que o IF Campus Muzambinho e a EMATER irão apoiar e ajudar esses pequenos produtores a se adequarem e fazerem uma boa produção e grande comercialização com muita segurança, o que está previsto na atuação do Consórcio. Disse que se a cidade aderir ao Consórcio e não gostar, a qualquer momento o contrato poderá ser rescindido, e que Muzambinho ficaria novamente com o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) da maneira que funciona no momento; mas tem certeza de que a adesão será muito boa para Muzambinho, pois não haverá excessos na sua condução. Disse que com a adesão ao Consórcio nosso município se beneficiará muito e os produtores que se aderirem poderão vender seus produtos nos 17 municípios da região da AMOG. Disse que há grande possibilidade de Muzambinho se tornar a sede desse Consórcio e as inspeções serão realizadas por técnicos que trabalham em nosso município, e a equipe será estruturada juntamente com o SEBRAE. Disse que os custos serão divididos por todas as cidades que se aderirem ao Consórcio, que deve ser de aproximadamente R\$9.000,00 (Nove mil reais). Disse que a taxa de registro das empresas será de R\$600,00 (Seiscentos reais) e anualmente ela irá cair pela metade; e a taxa de produção mensal é de R\$10,00 (Dez reais) por tonelada de produto. Disse que quanto a multa, a legislação de hoje já estipulam multa de até R\$8.000,00 (oito mil reais), mas nunca aplicaram nenhuma multa através do SIM, pois trabalham no aspecto de orientação aos produtores. Dr. Vânius Dipe finalizou seu pronunciamento agradecendo a todos, se colocando à disposição para questionamentos e disse que explanou os principais pontos do projeto. O Edil Afrânio Damázio perguntou se a sede da CIMOG é em Guaxupé. O Dr. Vânius disse que sim. O Vereador disse que se a sede é em Guaxupé por que razão os vereadores daquela cidade rejeitaram por unanimidade o projeto? O Dr. Vânius disse que lá não houve uma discussão como está ocorrendo aqui, que deveriam ter discutido o projeto com profissionais da área, pois não sabiam o seu funcionamento, principalmente com relação às multas, assustaram e já reprovaram, até mesmo com medo daquilo que possa vir a acontecer, e que tem informação que os vereadores irão discutir e votar novamente o referido projeto de lei. O Vereador Carlos Herbert Salomão disse que a AMOG é composta por 17 municípios, que a realidade de um é diferente dos demais e por qual razão esse projeto não pode sofrer alterações e ser adequado à economia de cada município, pois segundo a assessoria da prefeitura ele não pode receber emendas. Dr. Vânius disse que realmente alguma coisa pode ser alterada e concorda com o Edil, pois a realidade de Muzambinho não é a de outros municípios, mas se tratando de um consórcio ele tem que ter uma legislação única para todos os municípios membros, mas que em termos de legislação já usam a federal pois a nossa é muito restrita. Disse que o projeto não pode sofrer alterações para que possa ter um padrão entre os municípios membros, mas poderá sofrer alterações em assembleias realizadas



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

pelos membros do consórcio e encaminhada às Câmaras para analisarem se estarão de acordo ou não. A Vereadora Sandra Marques perguntou se no município temos nove estabelecimentos registrados e quatro em processo de registro? Dr. Vânius Dipe disse que sim, alguns ainda estão em processo de registro, por falta de algum documento, mas que essas treze empresas podem ser beneficiadas aumentando sua produção e gerando renda e emprego, comercializando seus produtos nos 17 municípios da AMOG. A Edil Sandra Marques perguntou se Muzambinho não for a sede da CIMOG, os fiscais serão de outros municípios? Dr. Vânius Dipe disse que os fiscais serão Médicos Veterinários do município e agentes de inspeção dos municípios consorciados, tendo a sua participação, mas que a linha de frente será sempre para orientação. Quanto aos pequenos produtores a ideia será de orientação e treinamento, para que possam crescer, que não vai haver nenhum tipo de repressão grave, a não ser casos que podem trazer grandes riscos de saúde ao consumidor. O Edil Marco Antônio Ferreira disse que a legislação já existe, através do Código de Vigilância Sanitária, do ano de 2008. Disse que o Dr. Roosevelt que era Secretário de Saúde na época lutou muito juntamente com a Dra. Sônia Bueno Rondinelli, para a sua aprovação nessa Casa Legislativa, e que a Vigilância Sanitária tem mesmo que fiscalizar, para que a lei seja cumprida. Em seguida, perguntou ao Dr. Vânius Dipe quantos produtores o procuraram nesses últimos 15 dias para perguntar sobre o SIM e CIMOG? Disse que alguns produtores que já estão registrados e mais uns cinco que querem fazer parte do processo. O Edil Marcos Ferreira disse que o queijo frescal tem que ser fiscalizado, mas que o produtor não será proibido em produzi-lo, bem como o açougueiro em produzir linguiça e comercializá-la. Mas para poderem comercializar seus produtos nos 17 municípios temos que votar favoravelmente ao projeto da CIMOG, que não é e nunca será contra os produtores rurais, pois precisamos gerar empregos. O Dr. Vânius Dipe disse que o queijo com muitos furinhos geralmente possui coliformes fecais. O Edil Dr. Roosevelt Pereira disse que muitas pessoas estão questionando que não irão poder matar suínos nos seus sítios, vender frangos caipiras na cidade, que poderão sim e que esse projeto não irá mudar em nada a vida de nossos produtores rurais. Dr. Vânius disse que a ideia é sempre melhorar, se houver irregularidades irão orientar o pequeno produtor, que eles não precisam ter medo, pois estará sempre à disposição para sanar suas dúvidas, sendo que a ideia sempre será de orientação em um primeiro momento. Disse que o abate clandestino é permitido para a sobrevivência da própria família, mas se for comercializado tem que ser previamente inspecionado. O Edil Dr. Roosevelt disse que hoje faz parte do SIM a pessoa que quer, não são obrigados; e que o projeto da CIMOG é para melhorar a vida dos produtores. O Vereador Marcos Ferreira disse que a EMATER assiste uns 2.500 produtores rurais em nosso município, sendo que a cidade de Guaxupé que está sendo questionado tem uns 350 produtores. Que não podemos ficar presos porque um município não aderiu, enquanto outros aderiram. O Edil disse que existe um prazo para adesão ao projeto e se perdermos ficaremos no meio do caminho, e que quando outros municípios começarem a vender seus produtos aqui é nos que estaremos perdendo essa oportunidade de sairmos na frente, bem como de trazer a sede da CIMOG para Muzambinho, que inovação é para poucos, e estará aberto ao diálogo com produtores e grupos sociais que queiram questionar referente ao SIM e CIMOG, na sede da EMATER, localizada na Praça Pedro de Alcântara Magalhães. O Vereador Dr. Roosevelt de Paula disse que está lutando pela aprovação desse projeto pois ele é favorável aos pequenos e médios produtores rurais ou urbanos que produzem algum produto e precisam



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

comercializá-los, e economicamente devem crescer e gerar muitos empregos e que nossa produção possa ser conhecida fora do nosso município, principalmente pela explanação dada pela Dra. Sônia Bueno Rondinelli e pelo Dr. Vânius Vinicius Dipe, pois os vereadores estão muito bem orientados a votar esse projeto, e Muzambinho precisa crescer. O Dr. Vânius Dipe retomou a palavra encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos. O Presidente Gilmar Labanca agradeceu ao Dr. Vânius Vinicius Dipe pelo seu esclarecedor pronunciamento durante o uso da Tribuna Livre desta Casa. Nenhum Edil fez uso da Tribuna. **ORDEM DO DIA.** O Senhor Presidente colocou os requerimentos em discussão. Logo após, em votação, dizendo aos Edis que fossem favoráveis que permanecessem como estavam e os que fossem contrários que se manifestassem. O Senhor presidente deu por aprovados os requerimentos e solicitou ao Assessor do Legislativo que os encaminhassem a quem fosse de direito. O Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia redação final de projeto apta a ser votada. Havia a **Redação Final do Projeto de Lei 4.046/2021, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Exercício de 2022 e dá outras providências"**. O Senhor presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação havia elaborado o parecer da redação final do projeto e se foi favorável. O Assessor disse que sim. Posteriormente, o Senhor Presidente colocou o projeto em discussão. O Edil Marco Antônio Ferreira discutiu a redação final do projeto. Logo após, solicitou a 1ª Secretária que colocasse em Plenário votação nominal da redação final do Projeto de Lei nº 4.046/2021. O Senhor presidente deu por aprovada, por unanimidade, sendo 10 (dez) votos favoráveis, a redação final do projeto de Lei 4.046/2021, e solicitou à Assessoria que a encaminhasse a Mesa Diretora para autógrafos e, em seguida, enviasse ao Executivo. Posteriormente, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Legislativo dando entrada nesta Casa de Leis. Não havia. O Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projeto do Legislativo em tramitação. Não havia. Posteriormente, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia projetos do Legislativo aptos a serem votados em turno único. Não havia. Em seguida, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia projetos do Legislativo aptos a serem votados em 1º turno. Não havia. Logo após, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia projetos do Legislativo aptos a serem votados em 2º turno. Não havia. Em seguida, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia projetos do Executivo dando entrada nesta Casa de Leis. Projeto de Lei 4.059/2021, que "Dispõe sobre autorização para proceder prolongamento da Rua Fausto Martiniano". Após leitura, o Edil Marco Antônio Ferreira pediu urgência especial no projeto e fez a justificativa. O Senhor Presidente solicitou à Primeira-Secretária, Vereadora Sandra Marques, para que colocasse em Plenário votação nominal do pedido de urgência especial ao projeto. Após votação, o Senhor Presidente deu por rejeitado o pedido de urgência especial ao PL 4.059/2021, por 7 (sete) votos contrários e 3 (três) votos favoráveis e pediu ao Assessor do Legislativo que encaminhasse o Projeto à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer em 1º turno, conforme Regimento Interno desta Casa. Logo após, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Executivo em tramitação. Não havia. Em seguida, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia projetos do Executivo aptos a serem votados em turno único. Não havia. Posteriormente, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia projetos do Executivo

CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Municipal de Muzambinho/MG, 30 de junho de 2021.

Hernandes
Embolence
Hala
Mota
Blus
A.
Bueno



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Afrânio Donizetti Damázio

Carlos Donizetti Miranda

Carlos Herbert Salomão

Gilmar Martins Labanca

Israel Ramos Orlando

Jacqueline V. V. Krauss de Oliveira

Lúcia Aparecida Bernardes da Cruz

Marco Antônio Ferreira

Mario Alves da Rocha

Roosevelt Pereira de Paula

Sandra Aparecida Marques Braz